



POR UMA CANDIDATURA OPERÁRIA E CAMPONESA

PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

**MANIFESTO – PROGRAMA
DA**

**FRENTE ELEITORAL DA RESISTÊNCIA POPULAR
(anti-social-fascista e anti-fascista)**

F. E. R. P.

Depois da realização das eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República, as eleições para as autarquias locais concluirão o plano de «legalização» da democracia burguesa em Portugal, previsto na Constituição. Elas serão também, uma repetição das anteriores eleições, com mil promessas de liberdade, Independência Nacional e bem estar social, por parte dos partidos burgueses, a começar por aqueles que depois do 25 de Abril de 1974 têm as rédeas da Nação e que, ao contrário de servirem as conquistas e os direitos dos trabalhadores, as não têm senão contrariado, procurando cada qual à sua maneira, exercer a ditadura da burguesia contra quem trabalha, negociando com o social-imperialismo e o imperialismo a Independência de Portugal e pretendendo atirar com o peso da crise capitalista para as costas dos trabalhadores.

Não reconhecendo as instituições do capitalismo, os revolucionários são adeptos, contudo, duma política ao serviço dos trabalhadores nas autarquias locais, duma política que seja um meio de mobilização das massas trabalhadoras para a luta pela conquista dos seus objectivos de classe, e de as arrancar à influência dos partidos burgueses e do eleitoralismo.

A F.E.R.P. (anti-social-fascista e anti-fascista) é uma organização de luta das massas trabalhadoras na frente eleitoral. Ela agrupa na luta pelos mesmos objectivos revolucionários, os comunistas marxistas-leninistas, os revolucionários sem partido das organizações operárias e populares anti-social-fascistas e anti-fascistas, e todos aqueles que aspiram à liberdade, à Independência Nacional e ao bem estar social.

O programa da F.E.R.P. (anti-social-fascista e anti-fascista) não é um programa de promessas eleitorais, mas sim um programa de luta que indica aos explorados e oprimidos o único caminho da libertação: a luta de classes contra o social-fascismo e o fascismo, contra o social-imperialismo e imperialismo e contra o grande capital, principais obstáculos ao progresso da sociedade.

CONTRA O SOCIAL-FASCISMO E O FASCISMO

Explorado, oprimido e amordaçado mais de 40 anos pela ditadura terrorista de Salazar e Caetano, o povo português viria a conhecer depois do 25 de Abril de 1974 um novo fascismo, que se diz adepto do socialismo tal como Hitler se dizia também, mas que se desmascara pelos seus actos como um autêntico fascismo de tipo nazi - o social-fascismo.

Beneficiando duma situação de insegurança e desorganização após o 25 de Abril de 1974, o social-fascismo desencadeou no nosso país uma ofensiva em grande escala, agitando o perigo de retorno da ditadura fascista, do terrorismo e duma intervenção norte-americana, para ganhar para a sua política reaccionária os sectores mais hesitantes da burguesia portuguesa e arrastar na sua ilharga as organizações aventureiras, guevaristas e trotskistas da pequena burguesia, iludindo, também, largos sectores das massas trabalhadoras com a finalidade de instaurar no nosso país uma ditadura de extrema-direita ao serviço do social-imperialismo de Moscovo.

O Partido social-fascista de Cunhal lançou-se ao assalto dos postos de comando do aparelho de estado, do exército, da informação e das grandes empresas e bancos, impôs uma ditadura do mesmo estilo da que vigorava no tempo do fascismo nos sindicatos, semeou o terror nas empresas e herdades, nos bairros e nos campos, sobretudo no sul.

Durante o tempo em que reinou o «gonçalvismo», até à criação do VI Governo provisório, o país foi arrastado para a bancarrota e praticaram-se as maiores barbaridades contra o nosso povo e contra a nação;

— Como quando, as justas aspirações das massas trabalhadoras, aprovou a lei sindical e a lei da unicidade sindical, subjugando os sindicatos ao estado-patrão e abolindo a democracia no seu seio;

— Como quando impôs aos trabalhadores a lei anti-greve e reprimiu as suas lutas, como aconteceu na TAP, na Lisnave, nos TLP;

— Como quando impôs à força nos sindicatos direcções social-fascistas, como aconteceu no sindicato dos químicos, metalúrgicos e no sindicato do Comércio e Indústria Farmacêuticos;

— Como quando reprimiu barbaramente as organizações anti-social-fascistas e anti-fascistas, como aconteceu com o ataque do COPCON comandado pelo legionário Otelos Saraiva de Carvalho, contra grande parte das sedes do MRPP, prendendo centenas de militantes seus, a pretexto de que entre eles haveriam agentes da CIA, o que nunca provaram, e servindo-se dos arquivos da PIDE para o efeito;

— Como quando aumentou o preço dos transportes e do custo de vida em geral, atirando as tropas de choque da UEC e UJC de concerto com a polícia militar contra as populações revoltadas com tais medidas;

— Como quando se lançou a vender ao desbarato o nosso vinho e os nossos sapatos ao social-imperialismo russo, para que este o vendesse, por sua vez, a preços elevados, e a comprar-lhe madeira (quando madeira não falta no nosso país) arruinando a nossa indústria;

— Como quando, substituindo os velhos latifundiários por novos caciques social-fascistas no Alentejo, colocou as grandes herdades e muitas de entre as médias herdades ao seu serviço, desprezando os direitos legítimos das massas trabalhadoras alentejanas.

Se hoje o social-fascismo clama contra as medidas anti-populares do governo social-democrata, fá-lo por má táctica. Há bem pouco tempo o nosso povo pôde aprender pela sua própria experiência o que é e o que quer o social-fascismo. A sua política é uma política de traição sistemática às lutas económicas e políticas das massas trabalhadoras e de manipulação do movimento sindical e popular, procurando conduzi-lo para objectivos contra-revolucionários, como aconteceu no 25 de Novembro de 1975, quando em vão, pretendeu instaurar no nosso país a sua ditadura terrorista, idêntica às que suportam os povos dos países do Leste dominados pelo social-imperialismo.

O Partido social-fascista tem-se empenhado, sobretudo depois de ver goradas as suas intenções em 25 de Novembro, em apurar a sua táctica que visa sobretudo convencer a sua própria classe — a burguesia — de que o seu projecto político é o único capaz de defender os interesses de classe burgueses, resolver a profunda crise económica e política que o país atravessa, e salvar o capitalismo. O seu programa de «maioria de esquerda» e agora a sua «Frente eleitoral o Povo Unido», visam reforçar a frente ao serviço dos seus objectivos, ganhando os sectores hesitantes, políticos e militares, e neutralizando aqueles que puder neutralizar para enfraquecer ao máximo a oposição anti-social-fascista e criar as condições mais propícias a um golpe de estado reaccionário.

Ao serviço da burguesia burocrática monopolista — tecnocratas, intelectuais e militares de carreira, que se instalaram nos postos chaves do Estado, da Economia, das Forças Armadas, da cultura, do ensino e da informação e que se propõem gerir os negócios dos monopólios de estado que dominam a economia portuguesa em estreita ligação com o social-imperialismo russo — o Partido social-fascista disputa encarniçadamente o poder aos outros partidos da burguesia. Contando com o apoio político, diplomático e militar do social-imperialismo, super-potência em expansão declarada e agindo de concerto com a sua estratégia de dominação mundial, o social-fascismo é o principal perigo para a conservação das conquistas e a defesa dos direitos dos trabalhadores, para a independência nacional e para a integridade da soberania de Portugal.

Mas se o social-fascismo é o inimigo contra o qual as massas trabalhadoras devem estar mais vigilantes, não é o único que atenta contra as conquistas democráticas, contra os direitos dos trabalhadores e a independência e soberania nacionais. As forças do fascismo, dos grandes monopólios e latifundiários que caíram com o 25 de Abril de 1974 e nos meses que se lhe seguiram, sobretudo a partir do 11 de Março de 1975, não deixaram de conspirar, apesar de terem sofrido pesadas derrotas, procurando um retorno ao passado, por meio da restauração de monopólios privados e dos latifúndios. A comprová-lo estão as acções dos bandos terroristas fascistas, apesar de amplamente utilizadas pelo social-fascismo na sua propaganda, a sua infiltração progressiva no aparelho de estado e nas Forças Armadas, o retorno de empresários e grandes capitalistas, a acção subversiva da CAP dos grandes agrários e da CIP...

O imperialismo norte-americano, por seu lado, apesar de ser hoje uma super-potência em declínio, não deixa por isso de ser uma super-potência agressiva, que procurará a todo o custo conservar a sua influência no nosso país, quer por meio da manipulação de forças internas que lhe são favoráveis, quer por meio duma intervenção directa caso se lhe afigure necessário para deter a ofensiva do social-imperialismo. A CIA americana tal como o KGB russo desenvolvem intensa actividade no nosso país e as chantagens do tipo das que atiraram com milhares de operários da Timex para o desemprego, e as manifestações de força do senhor Carlucci, embaixador americano em Portugal, procurando meter o nariz em todo o lado e tirando fotografias a conduzir carros de combate em território português, são exemplos significativos da arrogância e das intenções desta super-potência.

O povo português já mostrou não querer o fascismo.

Mostrará, também, que não quer o social-fascismo, como já o fizeram largas massas de trabalhadores, nem qualquer outra ditadura terrorista dos monopólios, defendendo os seus direitos, as conquistas democráticas e a Independência e soberania de Portugal.

*MORTE AO SOCIAL-FASCISMO, AO FASCISMO E A QUEM OS APOIAR!
NEM SOCIAL-FASCISMO NEM FASCISMO — LIBERDADE PARA O POVO!
O SOCIAL-FASCISMO NAO PASSARA, O POVO NAO DEIXARA!
O SOCIAL-FASCISMO
O SOCIAL-FASCISMO NÃO PASSARÁ, O POVO NÃO DEIXARÁ!*

CONTRA O SOCIAL-IMPERIALISMO, O IMPERIALISMO E A GUERRA

A actual situação política internacional é idêntica àquela em que se desencadeou a segunda guerra mundial.

Ao mesmo tempo que a tendência dos povos de todo o mundo para a revolução não cessa de se desenvolver, os factores da guerra desenvolvem-se, também, com o agravamento de dia para dia da rivalidade encarniçada das duas super-potências imperialistas, a União Soviética e os Estados Unidos, pela conquista da hegemonia mundial. Estas duas superpotências estendem a sua rivalidade por todo o lado, praticando uma política de exploração, subversão e guerra sem vergonha, e semeando a discórdia entre os povos para dela tirarem proveito.

A União Soviética tem mostrado ao mundo a sua particular inclinação para este género de práticas, aproveitando-se do declínio da outra super-potência para se lançar à ofensiva por todo o lado, procurando esmagar a liberdade das nações. Em 1962 apoiou a agressão indiana contra a China Socialista, em 1968 invadiu a Checoslováquia com as tropas do Pacto de Varsóvia; em 1969 agrediu a China Socialista, em 1972 fomentou uma guerra no sudoeste asiático para desmembrar o Paquistão, e mais recentemente fomentou a guerra em Angola, semeando a discórdia entre o povo angolano com o fim inconfessável de exercer em Angola a sua política de rapina e opressão. Apoiando-se no seu potencial militar fortemente concentrado na Europa e em número três vezes superior neste continente ao potencial militar da Nato, praticando a subversão, a espionagem, e a intimidação por meio de sucessivas manobras militares de grande envergadura, a União Soviética é hoje o perigo principal para a paz, independência nacional e a integridade da soberania das Nações da Europa e do Mundo.

Os Estados Unidos, na parte que lhes toca, apesar do seu declínio acentuado que se tem verificado na sua influência e dominação mundiais, continuam a ser uma superpotência agressiva e ambiciosa, disputando à outra super-potência a hegemonia mundial, e procurando a todo o custo controlar os países do Terceiro Mundo e também os países desenvolvidos, cujo potencial é inferior ao seu. Comprovam-no o constante vai-veir de Kissinger metendo o nariz em todo o lado, interferindo nos assuntos internos dos outros países, e ameaçando de agressão as nações livres como mais uma vez se verificou recentemente em relação à Coreia.

Os países da Europa são o alvo principal das atenções das duas super-potências que cobiçam em particular a sua riqueza económica, industrial e tecnológica. Para além dos interesses económicos que têm na Europa do Leste e Oeste, a rivalidade militar entre as duas super-potências na Europa é bastante significativa. A União Soviética concentra na Europa 315 das suas forças terrestres e mais de 314 das suas forças aéreas, tendo apontadas para a Europa Ocidental mais de 314 dos seus mísseis de médio alcance, e dispõe nos mares em torno da Europa 314 dos seus vasos de guerra da sua marinha e mais de metade dos seus submarinos de ataque e dos submarinos nucleares equipados com mísseis.

Os Estados Unidos, apesar de terem concentrado na Europa um potencial militar largamente inferior ao da União Soviética,

têm mais de 112 do seu potencial militar concentrado no nosso continente, reforçando constantemente as suas forças aqui estacionadas com material ultra moderno, tendo introduzido novos mísseis de curto alcance para substituir os mísseis solo-solo de um tipo ultrapassado. Procurando contrabalançar o poderio naval soviético, os Estados Unidos puseram no Atlântico mais de 300 vasos de guerra e cerca de 50 no Mediterrâneo.

A política das super-potências, que celebram acordos e compromissos para inglês ver, é sobretudo uma política de rivalidade pela conquista da hegemonia mundial. De cada vez que se põem de acordo, nas conferências internacionais, para tentarem fazer crer às nações amantes da paz, que a sua política trapaceira de «desanuviamento», (enquanto provocam os conflitos por todo o lado), e do «desarmamento», (enquanto se armam até aos dentes) é a garantia da paz e da segurança mundiais, a rivalidade que as move reforça-se mais ainda e culminará mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente, no desencadeamento duma guerra mundial, e a Europa, a exemplo do que aconteceu nas duas guerras mundiais anteriores, está à beira de ser, mais uma vez, o principal teatro das operações de guerra.

A política de ingerência nos assuntos internos do nosso país praticada pelas duas super-potências, mas sobretudo pelo social-imperialismo, procurando explorar a crise económica e política em que se tem debatido o capitalismo português, explica, em grande medida, o que se tem passado após a queda do fascismo. Portugal sendo um país no qual os imperialistas europeus e americanos possuem interesses económicos importantes, e no qual também já começou a penetrar o social-imperialismo soviético, por meio da formação de empresas mistas, (como é o caso da Aminter, Companhia de Navegação), é também um país, que dada a sua situação estratégica no extremo sudoeste europeu, é vítima da cobiça hegemónica das super-potências. Perante tal cobiça e perante o crescente perigo de guerra, a organização da Resistência das massas trabalhadoras na luta contra tais inimigos, e a sua preparação em previsão de guerra, são tarefas inadiáveis que a F.E.R.P. tomará em mãos.

*NEM SOCIAL-IMPERIALISMO, NEM IMPERIALISMO — INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
COM OS PC-VOS E NAÇÕES UNIDAS, BREJNEV E FORD SERÃO VENCIDOS!
CONTRA A AMEAÇA DE GUERRA IMPERIALISTA — RESISTÊNCIA POPULAR!*

CONTRA A POLÍTICA ANTI-POPULAR DO GOVERNO SOCIAL-DEMOCRATA

De há três meses para cá que temos um governo social-democrata de partido único, que se apoderou da gestão dos negócios da burguesia à custa de um rol de promessas feitas às massas trabalhadoras das cidades e dos campos do norte e do sul do país. Após seis governos provisórios e três golpes de estado levados a cabo pelas forças do social-fascismo e do fascismo, as massas trabalhadoras ansiavam que com a eleição de Ramalho Eanes para a Presidência e a constituição de um governo definitivo do PS, a instabilidade política permanente amainasse e o bem estar social para os explorados e oprimidos fosse garantido. O tempo tem demonstrado, contudo, que essas esperanças foram em vão.

O governo social-democrata de Mário Soares é um governo encarregado pela classe burguesa dominante de salvaguardar a sua ditadura sobre o povo trabalhador e de resolver a crise à custa de uma política ferozmente anti-popular.

É um governo democrático-burguês, que poderia receber o apoio da F.E.R.P. e do povo trabalhador;

— se garantisse as liberdades democráticas, se reprimisse os social-fascistas e fascistas, se não libertasse os pides e os torcionários do Copcon, se não passasse uma esponja sobre os implicados do 28 de Setembro, do 11 de Março e do 25 de Novembro, se desse liberdade ao povo trabalhador e não enviasse contra ele a polícia de choque e a GNR;

— se defendesse a independência nacional contra as duas super-potências, Estados Unidos e União Soviética, e não procurasse dar-se bem com Deus e o Diabo, satisfazendo aqui os apetites a uma e acolá a outra, se não se pusesse a louvar a política mentirosa do «desanuviamento» e do «desarmamento» propagada por Moscovo, se reprimisse os agentes da subversão internacional da KGB russa e não os deixasse transitar livremente pelos nossos aeroportos e portos, se reprimisse as actividades da CIA e os vexames à Nação portuguesa perpetrados pelo embaixador Carlucci; se preparasse o nosso povo em previsão da guerra imperialista, educando-o no uso das armas contra os invasores imperialistas e social-imperialistas, abrindo subterrâneos para a defesa das populações e armazenando cereais para enfrentar a guerra, se seguisse uma política de amizade e cooperação com os povos do Terceiro Mundo em luta contra as duas super-potências, e com os verdadeiros países socialistas;

— se em vez de querer solucionar a crise capitalista à custa dos interesses das massas trabalhadoras, à custa da garantia de emprego, das liberdades de greve e sindicais, à custa do aumento dos preços dos bens essenciais, a solucionasse à custa da classe dos capitalistas, dos ricos, dos grandes proprietários, dos novos gerentes das empresas, dos senhores ministros e apaniguados, dos chefes militares, da diminuição dos seus bens, benefícios e regalias, do pagamento das indemnizações aos antigos patrões, da desnacionalização dos monopólios de Estado e da desocupação das terras dos camponeses.

Se o governo de Mario Soares viesse ao encontro dos interesses do movimento de massas anti-social-fascista e anti-fascista, se assestasse as baterias contra os social-fascistas da António Serpa e contra os fascistas que querem voltar ao velho regime, se dirigisse o fogo contra os social-imperialistas russos e contra os imperialistas norte-americanos e não lhes permitisse os vexames e a subversão; se se deixasse de uma política de meias tintas e de abertura a todo o tipo de compromissos, e em primeiro lugar, com os social-imperialistas e social-fascistas; se atacasse os ricos e defendesse os interesses dos pobres; não teria a oposição da

F.E.R.P. e das massas populares.

A F.E.R.P. apesar de não apelar, nas circunstâncias actuais ao derrube do governo do PS, pcis considera que isso seria abrir as portas, antes de tudo o mais, à sua substituição por um governo dito de «maioria de esquerda», não deixará de combater com toda a firmeza todas as medidas anti-populares, anti-democráticas do governo social-democrata, e de erguer um movimento de luta, assente nas massas trabalhadoras, capaz de lutar contra os inimigos da liberdade e da independência.

*NÃO ÀS MEDIDAS ANTI-POPULARES DO GOVERNO!
POR UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
CONTRA A MISÉRIA E O DESEMPREGO, PÃO E TRABALHO!*

POR UMA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA NOS MUNICÍPIOS E FREGUESIAS

A política da F.E.R.P. nas autarquias locais não será uma política de adaptação oportunista à legalidade burguesa. A tarefa dos revolucionários é a destruição da máquina do Estado burguês, de todos os seus órgãos de poder. A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário em aliança com todos os trabalhadores e a substituição das autarquias locais burguesas pelos soviets de deputados operários e camponeses pobres é a única verdadeira garantia das massas trabalhadoras.

Os órgãos das autarquias locais elegíveis são para a F.E.R.P. uma tribuna para mobilizar as massas trabalhadoras para a luta revolucionária. Os candidatos da F.E.R.P., representantes dos operários e camponeses pobres, colocar-se-ão ao seu serviço, na divulgação das suas lutas e reivindicações no plano da luta de classes em geral e no plano das questões municipais e das Juntas de Freguesia.

A ligação do programa geral da Resistência Popular anti-social-fascista e anti-fascista às reivindicações próprias aos municípios e freguesias e às reivindicações próprias a cada município e freguesia, deve ser uma preocupação constante na actividade dos militantes da F.E.R.P..

A elaboração do programa de acção municipal e da acção das Juntas de Freguesia deve ser realizado pelas respectivas comissões da F.E.R.P., tendo em conta as exigências específicas das massas trabalhadoras da autarquia respectiva.

No entanto as reivindicações que deverão encabeçar os programas para cada município ou freguesia devem ser as seguintes:

1. Organização da auto-defesa dos trabalhadores contra todos os destacamentos social-fascistas e fascistas (CDR's, tropas de choque da UEC-UJC, bandos terroristas fascistas, etc.); reivindicar a dissolução e o desmantelamento destes destacamentos e a depuração do aparelho de Estado, incluindo as autarquias locais, dos elementos conspiradores social-fascistas e fascistas.
2. Organização duma campanha sistemática contra o social-imperialismo, o imperialismo e a guerra imperialista e a preparação da população em previsão da guerra:
 - Exigência ao governo de uma política de independência nacional;
 - Preparação militar da população trabalhadora, construção de abrigos subterrâneos e de reservas de cereais como se faz hoje nas Repúblicas Populares da China e da Albânia e em países da Europa Ocidental como a Suíça e a Dinamarca;
 - Estreitamento das relações entre a população e os quartéis; não à prestação de serviço militar longe da terra em que se vive, medida burguesa para contrariar a ligação entre os soldados e as populações;
 - Contra o militarismo e a anarquia nos quartéis, por uma disciplina democrática ao serviço da independência nacional;
 - Reivindicar o desmantelamento das organizações subversivas social-fascistas e fascistas nos quartéis (SUV's, ORFAs, CDLs, etc.)
3. Apoio aos trabalhadores nas suas lutas políticas e económicas; subsídios aos sindicatos para pagamento de abono aos grevistas; criação de cozinhas populares gratuitas para os grevistas e suas famílias; organização de campos de jogos, jardins de infância e creches para os filhos dos trabalhadores.
4. Apoio aos desempregados por meio de subsídios, recolhendo o dinheiro necessário por meio do aumento de impostos à burguesia; dispensa do pagamento de água e electricidade (serviços municipais) e isenção, do pagamento da renda de casa aos grandes proprietários para os desempregados; organização de trabalhos públicos (construção de hospitais, creches, casas para famílias pobres) para ocupação dos desempregados, pagando-lhes o salário normal na profissão.
5. Organização da cobrança dos impostos municipais segundo o princípio de classe: aumento dos impostos dos capitalistas e redução da parte a pagar pelos trabalhadores; isenção completa para os operários mais mal pagos, às famílias numerosas pobres, aos inválidos, etc.
6. Para os trabalhadores das empresas municipais a aplicação do horário máximo de 40 horas semanais; institucionalização de um mês de férias para todos, quatro meses de descanso para as mulheres grávidas e pagamento pela Câmara dos descontos para a Previdência.
7. Prestação de assistência às organizações de massas dos trabalhadores (Comissões de Trabalhadores e de Moradores, etc.) culturais, educativas, desportivas, etc. e à imprensa popular. Organização da luta contra as instituições burguesas que obscurecem

a consciência da juventude trabalhadora;

- Proibição da divulgação da pornografia, da prostituição e luta contra a criminalidade;
- Organização de brigadas populares na luta contra o banditismo;
- Organização da reeducação dos delinquentes.

8. Estabelecimento de relações fraternas com os municípios dos países socialistas, organização de visitas de delegações das populações aos países socialistas e combate à propaganda caluniosa contra os países socialistas.

A NOSSA POLÍTICA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA E POR UMA HABITAÇÃO CONDIGNA

- Abaixo os aumentos dos preços e a carência dos produtos essenciais. Não às retenções destes produtos pelos intermediários;
- Não ao aumento dos transportes colectivos. Transportes decentes para quem trabalha. Adaptação dos transportes colectivos para os deficientes, velhos e mulheres grávidas;
- Não ao descongelamento das rendas da habitação. Os trabalhadores querem casa e não barracas;
- Abaixo os despejos e desocupações;
- Incentivação da habitação económica de acordo com o agregado familiar e o seu rendimento.

A NOSSA POLÍTICA NA PREVIDÊNCIA

- Medicamentos gratuitos e pagamento integral dos salários aos doentes;
- Reforma aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. Reforma antecipada para os trabalhadores segundo a dureza e a insalubridade do trabalho;
- Subsídios para aqueles que efectuem trabalhos insalubres;
- Ordenado mínimo nacional para os reformados.

A NOSSA POLÍTICA NO MOVIMENTO SINDICAL

- Social-fascistas fora dos sindicatos. Por uma central sindical única, independente, democrática e de classe;
- Revogação imediata das leis anti-operárias: lei anti-greve, lei da unicidade sindical, lei da contratação colectiva, lei dos despedimentos, lei dos contratos a prazo (eventuais), lei da sujeição das empresas ao foro militar (aplicação do RDM);
- Contra a limitação da contratação colectiva. Pelo aumento dos salários face ao aumento do custo de vida;
- Aplicação imediata dos CCT's em todas as empresas;
- Não às horas extraordinárias, fonte de desemprego;
- Não ao aumento dos ritmos de produção e à repressão no interior das empresas;
- Não à redução dos dias de trabalho semanais;
- Abaixo a limitação das actividades sindicais nas empresas.

A NOSSA POLÍTICA NOS CAMPOS

- Pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo: habitação, água, esgotos, melhoramento dos caminhos e estradas municipais. Apropriação das «casas rústicas» para creches, enfermarias, associações culturais nas aldeias;
- Pela melhoria dos transportes colectivos nos campos. O povo quer mais e melhor;
- Contra a política de preços do governo imposta aos pequenos produtores. Por uma política de preços compensadora;
- Contra o desperdício de produtos agrícolas, organização de celeiros e armazéns frigoríficos nas aldeias;
- Aplicação imediata da lei do arrendamento rural. Pelo fim da colonia no arquipélago da Madeira;
- Contra a apropriação das águas de rega pelos ricos;
- Não à restituição dos latifúndios, coutadas e arramados aos grandes agrários;
- Entrega imediata das UCP (Unidades Colectivas de Produção) às populações. Fora com os caciques social-fascistas;
- Fim as perseguições e discriminações social-fascistas nos campos do sul;
- Pela garantia de trabalho durante todo o ano para os assalariados agrícolas;
- Fim aos impostos, multas e alcavalas sobre os camponeses pobres;
- Descida imediata dos preços dos adubos e alfaias e créditos sem juro do Estado aos camponeses pobres e não aos ricos;
- Fim aos intermediários. Pela organização da colocação dos produtos agrícolas directamente nos mercados.

A NOSSA POLÍTICA NO ENSINO

- Social-fascistas e fascistas fora do Ministério da Educação e Investigação Científica;
- Por um ensino ao serviço dos trabalhadores;
- Ensino gratuito para os filhos dos trabalhadores, subsídios para a compra de livros e transportes;
- Pela criação de centros de formação profissional nos campos e de maior número nas cidades;
- Salário mínimo nacional para os alunos dos centros de formação profissional. Por refeições económicas e alojamento;
- Carteira profissional e trabalho para os alunos dos centros de formação profissional no final dos cursos;
- Assistência médica escolar permanente aos filhos dos trabalhadores;
- Luta por garantia de trabalho aos professores eventuais e provisórios.

Lisboa, 1 de Outubro de 1976

COMISSÃO PROMOTORA

Afonso Rocha – Operário Metalúrgico

Alcides Gonçalves – Desenhador – CP

António Mateus Fonseca – Op. Químico – Marinha Grande

António Proença – Ex-dirigente do Sindicato dos Técnicos de Desenho

Eduarda Pinheiro – Professora do Ensino Técnico – Moita

João Freitas – Ex-dirigente do Sindicato dos CTT

José Manuel Almada – Empregado de Escritório – Funchal

Rafael Leão – Operário Tipógrafo

Víctor Manuel Gomes – Operário Electrecista – OGMA

João Ramos – Desenhador – SAAL

*Contacta o Centro Nacional da F.E.R.P.
das 18 às 23 horas – pelo tel: 331543
Ou a Sede Nacional
Rua do Ferragial, 38-3º. LISBOA-2*